

# JOSÉ LUCIANO DE CASTRO

1834  
1914

Homenagem a José Luciano de Castro, no centenário da sua morte

Município de Anadia . 2014



Anadia (1906)

## ***JOSÉ LUCIANO DE CASTRO (1834 - 1914)***

Projecto, pesquisa e concepção:  
Câmara Municipal de Anadia - Divisão de Desenvolvimento Humano,  
Cultural e Social

Colaboração e revisão: Manuel Maria Cardoso Leal

***Homenagem a José Luciano de Castro, no centenário da sua morte***  
© Município de Anadia, 2014

Edição: Município de Anadia  
Anadia, 2014  
1000 exemplares  
Impressão: Tipografia Anadia  
Depósito Legal: 372400/14  
ISBN: 978-989-8286-13-0



## **JOSÉ LUCIANO DE CASTRO** **(1834 - 1914)**

9 de Março de 1914... Nesse dia chegava ao fim o percurso de vida de José Luciano de Castro, figura controversa, mas cujo indiscutível valor foi reconhecido até pelos seus mais directos opositores políticos.

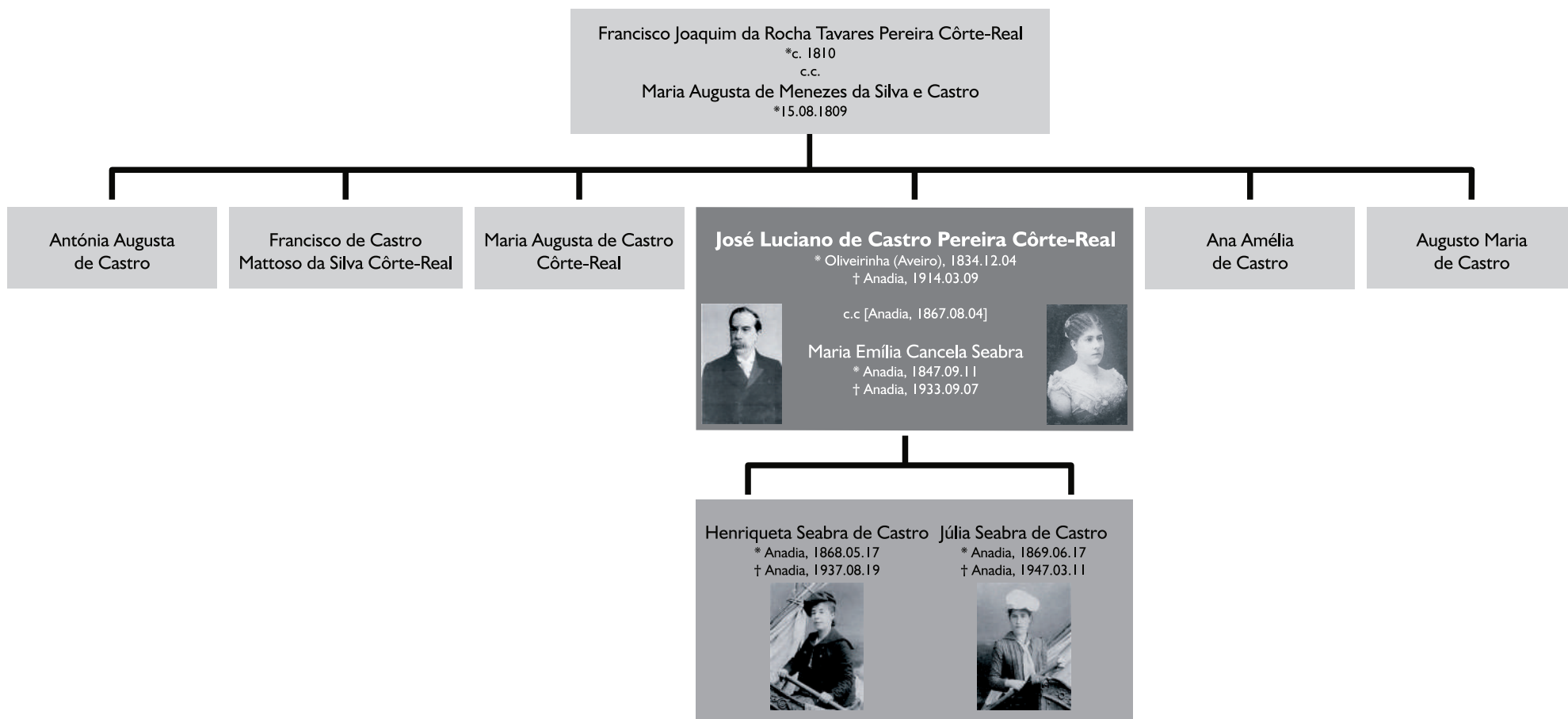
Cem anos depois, é um imperativo de justiça homenagear o jornalista, o jurisconsulto, o político, o amigo de Anadia... enfim, o homem que, com os seus defeitos e com as suas virtudes, soube traçar um caminho que teremos de considerar notável, apesar de alguns reveses e polémicas.

Alicerçada num grande talento e numa indomável força de vontade, a sua acção pautou-se por valores e por convicções, e por um forte sentido de Estado. No entanto, poucos são aqueles que, fora do mundo académico, sabem quem foi José Luciano de Castro. Mesmo em Anadia, terra onde dá nome a uma avenida, a um museu e a um hospital, e onde a população ergueu, em 1926, um monumento em sua honra, não é suficientemente conhecido o cunho que imprimiu à história do país e da região. No plano local, José Luciano de Castro e a sua família desempenharam um importante papel no progresso do concelho, em domínios tão diversos como a assistência aos mais desfavorecidos, a criação e desenvolvimento da estância termal da Curia, ou o início do fabrico do espumante, entre muitos outros.

Contribuir para divulgar a sua vida e a sua obra é o objectivo desta publicação, que surge em paralelo com uma exposição cujos conteúdos partilha. A Câmara Municipal de Anadia cumpre, assim, o seu desígnio em matéria de preservação da memória, convidando a um renovado olhar sobre José Luciano de Castro e a sua época, e a uma reflexão sobre a acção de um homem que chefiou três governos e que, não obstante a sua debilidade física, manteve, até ao fim do regime monárquico, uma enorme preponderância na vida política portuguesa.

Anadia, 9 de Março de 2014

*Maria Teresa Belém Correia Cardoso*  
Presidente da Câmara Municipal de Anadia



Árvore genealógica de José Luciano de Castro



Brasão da Casa de Fijó



Aveiro (1841)

José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real nasce a 14 de Dezembro de 1834, na Quinta da Oliveirinha ou Casa do Morgado, em Oliveirinha (concelho de Aveiro).

É o quarto filho de Francisco Joaquim de Castro Pereira Côrte-Real e de Maria Augusta de Menezes da Silva e Castro. O pai é descendente da Casa de Fijó (Santa Maria da Feira) e, por casamento, último Morgado da Casa da Oliveirinha. É baptizado a 29 do mesmo mês.

Os estudos liceais de José Luciano e de seu irmão Francisco, na área de Humanidades, são realizados em Aveiro, sob a orientação de professores particulares (o liceu só surgirá em 1848).

### NASCIMENTO DE JOSÉ LUCIANO DE CASTRO

**1834**

Vitória liberal.



**1807 a 1811:**  
invasões francesas.

**1820:**  
revolução liberal.

**1828 a 1834:**  
Miguelismo  
e guerra civil.



### ESTUDOS PREPARATÓRIOS

**1844 a 1849**



**1834 a 1851:**  
lutas entre liberais.  
Anarquia.

Em 1849, ainda com 14 anos, José Luciano de Castro ingressa na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, juntamente com o seu irmão Francisco. Sobre o assunto, dirá, em 1914: *“nos registos paroquiais, eu figurava como nascido em 1833 e não em 1834, data da minha verdadeira vinda ao mundo”*.

Entre os seus colegas de curso contam-se nomes sonantes como Barjona de Freitas, Carlos Ramiro Coutinho, João de Deus, Henrique da Gama Barros, Joaquim Maria da Silva ou António Alves da Fonseca.



O estudante José Luciano de Castro estreia-se nas lides jornalísticas a 11 de Novembro de 1851, no n.º 453 de “O Observador”.



Coimbra (1869)

A iniciativa da fundação de “O Campeão do Vouga” pertence a Manuel Firmino de Almeida Maia, mas José Luciano de Castro terá sido o primeiro a aderir ao projecto, não só como colaborador, mas também como financiador:

*“Frequentava o terceiro ano – conta o Sr. Marques Gomes – quando, nas férias de Páscoa, recorreu à ternura materna e conseguiu que a bondosíssima mãe se desfizesse de um valioso objecto de ouro, de seu adorno, para lhe dar quinze moedas, com que fundou o Campeão do Vouga, jornal destinado a advogar os interesses da região, e onde, mais à vontade, podia apagar a sede de publicidade patriótica que o devorava”* (António Horta Osório, 1914).



1849.Octubro.04 a 1854.Julho.11 ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO

PRIMEIROS ARTIGOS POLÍTICOS

CO-FUNDADOR DO JORNAL “O CAMPEÃO DO VOUGA”

1851



Golpe militar de Saldanha. Início da Regeneração.

1852



Primeira reforma da Carta Constitucional.

Na eleição intercalar de Dezembro de 1854, há um lugar vago para deputado pelo círculo da Feira, que o regenerador José Estevão teria destinado a Alexandre Ferreira de Seabra, de Anadia.

No entanto, José Luciano de Castro ambiciona ser deputado e pede ao advogado anadiense que o deixe concorrer em seu lugar, ao que este acede.

O jovem bacharel em Direito obtém uma esmagadora vitória e é eleito ainda com 19 anos (sendo 21 a idade mínima legal). É neste contexto que José Luciano de Castro passa a integrar o círculo de amigos de Alexandre de Seabra, frequentando a sua casa e privando com a sua família em Anadia.



Alexandre de Seabra  
(1818-1891)  
Jurisconsulto e Presidente da  
Câmara Municipal de Anadia  
e da Junta Geral do Distrito  
de Aveiro



1856



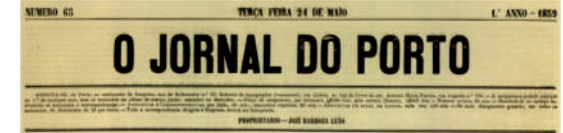
Porto (1869)

Embora membro do Partido Regenerador, José Luciano de Castro aproxima-se gradualmente dos Históricos, e não é candidato nas eleições de 1858. Vai então para o Porto.

Concorre para professor da Academia Politécnica, mas sem sucesso, não conseguindo também o lugar de adjunto do procurador-geral da Coroa. Entrega-se, então, à advocacia, que exerce no escritório de Sebastião de Almeida e Brito.

Dedica-se ainda ao jornalismo: escreve para “O Comércio do Porto” e “O Nacional”, cuja direcção política assume.

Colabora na fundação de “O Jornal do Porto”, que, entre 1859 e 1863, publicará o seu trabalho jornalístico de maior relevância.



Durante a sua permanência no Porto, José Luciano convive com figuras proeminentes da cultura da época, como Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, entre outros.



Camilo Castelo Branco



Eça de Queirós



Ramalho Ortigão

DEPUTADO REGENERADOR

1854 a 1857



**1856, Outubro:** inauguração do primeiro troço de caminho-de-ferro em Portugal (Lisboa – Carregado).

ADVOGADO E JORNALISTA NO PORTO

1858 a 1861



**1858, Maio:** as eleições dão a vitória ao Partido Histórico e o Marquês de Loulé chefia o novo governo.



**1859, Março:** o Duque da Terceira forma governo, com o apoio dos Regeneradores, que ganham as eleições em Janeiro do ano seguinte.



**1860, Maio:** Joaquim António de Aguiar sucede ao Duque da Terceira na presidência do conselho de ministros.



**1860, Julho:** o Marquês de Loulé é convidado a formar governo.

Nas eleições de Abril de 1861, José Luciano de Castro é candidato independente pelo Partido Histórico, no 2º círculo de Vila Nova de Gaia. É eleito e revela-se um deputado activo, combativo e hábil: participa nos debates, é relator de projectos de lei e integra diversas comissões parlamentares. Durante os períodos de encerramento do Parlamento, regressa ao Porto, onde mantém a sua actividade de advogado e jornalista.



Em 1864, quando assume a direcção dos Próprios Nacionais, muda-se para Lisboa. Torna-se, assim, mais fácil conciliar a vida profissional com a política, num momento difícil para o Partido Histórico, a braços com graves lutas internas. Nas eleições de 1865, José Luciano perde o seu lugar de deputado, que recuperará em 1866. Colabora, então, com o “Governo da Fusão” e faz as pazes com o regenerador Fontes Pereira de Melo.

1863	Relator de projectos de lei sobre crédito predial
1864-1891	Director-geral dos Próprios Nacionais
1865	Relator geral do projecto de Lei da Desamortização
1867	Relator do Imposto do Consumo
1867	Relator geral do projecto de Lei do Código Civil



A 4 de Agosto, José Luciano de Castro casa com Maria Emília Cancela de Seabra (n. 1846), filha de Alexandre Ferreira de Seabra. O sacramento é celebrado na capela do Hospício de Santo António, em Anadia, e a cerimónia é discreta, não obstante a presença de individualidades como Barjona de Freitas e Anselmo Braamcamp. A família manterá casa em Anadia.

**DEPUTADO HISTÓRICO**

**1861 a 1867**



**1861, Dezembro:** início do reinado de D. Luís I.



**1865, Abril:** governo do Marquês de Sá da Bandeira.



**1865, Setembro:** Joaquim António de Aguiar preside ao “Governo da Fusão”, que junta Históricos e Regeneradores.

**CASAMENTO**

**1867**



A 3 de Dezembro de 1868 sai o primeiro número de “O Direito. Revista de Jurisprudência e Legislação”, fundada e dirigida por António Alves da Fonseca e José Luciano de Castro.

Entre os colaboradores, contam-se seu sogro Alexandre de Seabra e Luís António Nogueira. Continua, hoje, a ser editada, sendo a publicação periódica jurídica com a mais duradoura actividade regular.



REVISTA “O DIREITO”

1868



**1868, Janeiro:** revolta da Janeirinha (contra o imposto do consumo) e queda do governo. António José de Ávila, preside ao novo ministério e a pasta da Justiça é entregue a António Luís de Seabra.



**1868, Julho:** primeiro governo do partido Reformista (dissidentes históricos), chefiado pelo Marquês de Sá da Bandeira, mas dominado por António Alves Martins, bispo de Viseu.

4 de Março de 1868:  
nasce Maria Henriqueta,  
primeira filha



17 de Junho de 1869:  
nasce Maria Júlia,  
a segunda filha



MINISTRO DA JUSTIÇA

1869 e 1870



**1869, Agosto:** o Partido Histórico regressa ao poder, num governo que reconcilia as duas facções do partido: “unha branca” do Duque de Loulé e “unha negra” de Lobo de Ávila.



**1870, Maio:** golpe militar promovido pelo Duque de Saldanha, que chefiará um Governo de “Cem Dias”.



**1870, Outubro:** governo de António José de Ávila.

José Luciano faz a sua estreia como ministro a 11 de Agosto de 1869, no governo do Duque de Loulé, onde ocupa a pasta dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça até 20 de Maio de 1870.

Face à preocupante situação financeira do país, prepara medidas tendentes a diminuir a despesa, como é o caso da redução das cômguas dos bispos.

Apesar de vencer as eleições de Março de 1870, o governo histórico acaba por cair, na sequência de um golpe de Estado protagonizado pelo Duque de Saldanha.

Poucos dias antes da “Saldanhada”, José Luciano de Castro apresenta seis propostas de lei, com destaque para a reforma do Código Penal.

Após quatro anos de instabilidade política, e na sequência do início da governação de Fontes Pereira de Melo, José Luciano de Castro “pronunciou um discurso marcante do seu pensamento e da sua trajetória pessoal, ao defender um modelo, baseado em dois partidos fortes – «um mais ou menos conservador, o outro mais avançado, mais liberal, mais democrático» – os quais deveriam alternar-se no poder para acabar «esta deplorável anarquia» que «desde muitos anos tem amesquinhado a vida política da nossa terra» (Manuel M. Cardoso Leal, 2013).

José Luciano foi quem melhor traduziu o cansaço e a desilusão do país com a instabilidade do poder entregue a pequenos partidos, ao enunciar a fórmula da «rotação», ou do «rotativismo»” (Manuel M. Cardoso Leal, 2013).



Em 1872, visando ampliar os ideais democráticos da Carta Constitucional, os partidos políticos apresentam projectos para a sua reforma.

José Luciano de Castro, pelo Partido Histórico, propõe as seguintes alterações:

- “direito de voto alargado a «todos os cidadãos no gozo dos seus direitos»;
- substituição da Câmara dos Pares por um Senado electivo;
- restrições ao «poder moderador» do rei quanto à dissolução do parlamento e à marcação de novas eleições;
- aumento dos direitos individuais (por exemplo, não permitir a prisão se não em flagrante delito, ou o direito de culto particular e doméstico sem ofensa da religião do Estado);
- descentralização administrativa...” (Manuel M. Cardoso Leal, 2013).

No entanto, a Carta só conhecerá nova reforma em 1885.



A 15 de Janeiro de 1873, na resposta ao tradicional Discurso da Coroa, José Luciano destaca-se pelas fortes críticas ao governo de Fontes Pereira de Melo.

**DEFENSOR DA ROTAÇÃO BIPARTIDÁRIA**

**1871**



**1871, Setembro:** primeiro governo do regenerador Fontes Pereira de Melo, que durará seis anos.

**PROJECTO DE REFORMA DA CARTA**

**1872 - 1873**

**CRÍTICAS AO GOVERNO**

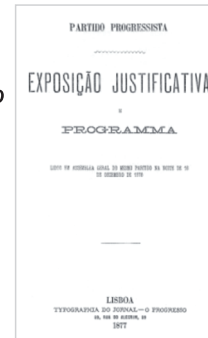
No dia 7 de Setembro, reúnem-se na Praia da Granja as mais destacadas figuras dos Partidos Histórico e Reformista, que militavam, então, na oposição.



O convite partira de Anselmo José Braamcamp, dirigente dos Históricos, com o objectivo de fundir os dois partidos, e, assim, construir o Partido Progressista, que se assume como alternativa de esquerda ao Partido Regenerador, no poder desde 1871.



“O Pacto da Granja estabeleceu as bases do programa do partido (reforma da Carta; descentralização administrativa; ampliação do sufrágio e representação das minorias; difusão da instrução primária; melhor legislação tributária, etc) que depois José Luciano redigiu, detalhado em 22 pontos, com uma «Exposição Justificativa»” (Manuel M. Cardoso Leal, 2013).



No governo presidido por Anselmo Braamcamp, José Luciano de Castro assume a importante pasta do Reino.

A prioridade do ministério era a resolução dos problemas financeiros do país. Ainda assim, José Luciano promove, no início de 1880, a reforma “urgente” da instrução que, entre outros aspectos, prevê o apoio financeiro às câmaras municipais para custear as despesas com a instrução primária, bem como a construção de edifícios escolares.



**PACTO DA GRANJA**

**MINISTRO DO REINO**

**1876**

**1879 - 1881**



**1875, Janeiro:** fundação do Partido Operário Socialista.



**1876, Março:** fundação do Partido Republicano.



**1876, Setembro:** fundação do Partido Progressista.



**1877, Março:** António José de Ávila substitui Fontes Pereira de Melo.

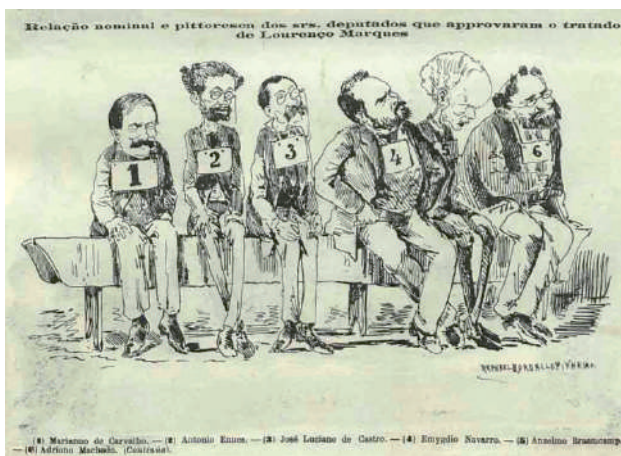


**1878, Setembro:** novo governo de Fontes Pereira de Melo.



**1879, Junho:** Anselmo Braamcamp chefia o primeiro governo progressista.

Na sequência da repressão das manifestações contra a aprovação, a 8 de Março de 1881, do Tratado de Lourenço Marques (questão herdada do governo anterior), Anselmo Braamcamp demite-se a 17 de Março.



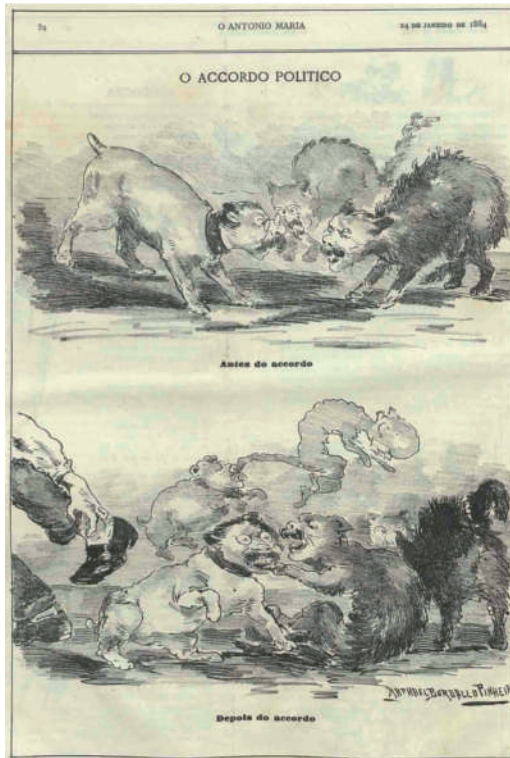
Nas eleições de Agosto seguinte, o Partido Progressista sofre uma estrondosa derrota, passando de 106 para 6 deputados, e entrega-se “a um processo de auto-crítica em termos tais que José Luciano, agastado com os que lhe atribuíam o fracasso do governo anterior, refugiou-se na sua casa de Anadia, em pleno período eleitoral: «Continuo enfadado de tudo» e «Estou com um pé na política e outro em casa»” (Manuel M. Cardoso Leal, 2013).  
À esquerda, começa a crescer o Partido Republicano.

## DERROTA ELEITORAL

1881

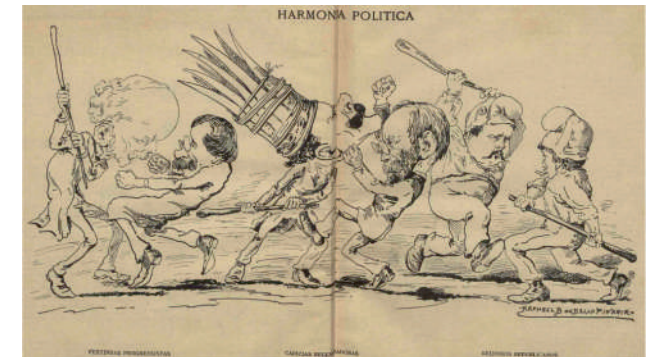


**1881, Março:** governo regenerador de Rodrigues Sampaio. Em Novembro, é substituído por Fontes Pereira de Melo.



Em 1883, algumas reformas continuam por fazer, sendo necessário um entendimento entre as duas grandes forças políticas. No Partido Progressista, José Luciano de Castro é quem mais se empenha nesse acordo. “No final de 1883 o acordo parecia feito, cabendo a Fontes, a pedido de José Luciano, explicitar os princípios em que se baseava: uma nova lei eleitoral, a ser aplicada já na próxima eleição, prevendo a representação das minorias em todos os círculos das capitais dos distritos, mantendo-se os outros círculos uninominais; um tribunal para julgar da validade das eleições para deputados; passar as execuções fiscais para o poder judicial; e uma comissão revisora para feitos do recrutamento” (Manuel M. Cardoso Leal, 2013).

Em 1885, a vida interna dos partidos é agitada, e os Progressistas não são exceção. E “José Luciano esteve pouco activo no parlamento, fosse por já não estar em tão boa harmonia com Braamcamp como sempre estivera, fosse por ter sido atingido pela cegueira no olho direito” (Manuel M. Cardoso Leal, 2013).



## ACORDO ENTRE PROGRESSISTAS E REGENERADORES

1884 - 1885



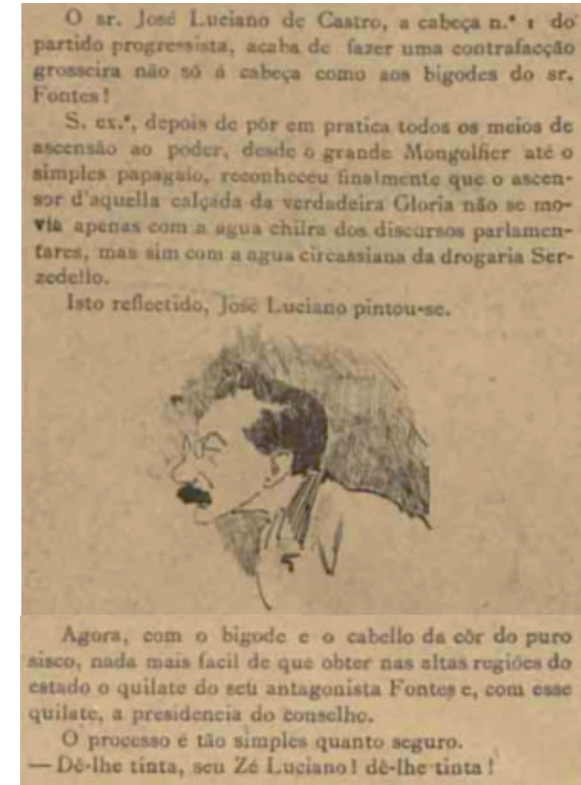
1885, Março: segunda reforma da Carta Constitucional.

“Com Braamcamp doente, já se faziam movimentações no Partido Progressista para a sua sucessão, desenvolvidas pelos «marechais», Mariano, Navarro, Oliveira Martins, Barros Gomes, além de José Luciano, cada qual utilizando um certo jornal para exercer influência (...)”

(Manuel M. Cardoso Leal, 2013).



Braamcamp morre a 13 de Novembro e o partido reúne a 12 de Dezembro para escolher o sucessor. Os representantes de 152 centros levam a votação um só candidato – José Luciano de Castro – que elegem por unanimidade e aclamação. Será o reconhecimento do trabalho realizado em prol do partido e do país, mas também a escolha do perfil mais forte e adequado para chefiar um e lograr governar o outro.



CHEFE DO PARTIDO PROGRESSISTA

1885 [a 1910]



1885, Novembro: morre Anselmo Braamcamp.



Em Fevereiro de 1886, o descontentamento popular leva Fontes Pereira de Melo a demitir-se e o rei nomeia José Luciano de Castro para a presidência do novo governo, apesar de existir uma maioria regeneradora no parlamento. José Luciano conta 51 anos e este será o período áureo da sua carreira política.



Numa primeira fase, consegue a unidade do partido e governa em harmonia. Mas a doença afasta-o durante o último trimestre de 1886 e as divergências começam a ser evidentes, sem que tal impeça, no entanto, uma vitória eleitoral em 1887.

**PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS**

**1886 a 1887**



**1886, Fevereiro:** primeiro governo presidido por José Luciano de Castro.

31 de Março  
de 1887:  
Par do Reino

21 de Abril de 1887:  
Governador do Crédito  
Predial Português



Principais reformas de José Luciano de Castro (pasta do Reino):

- Código Administrativo (1886),
- reforma da lei do recrutamento,
- criação de liceus femininos (1888).

Fontes Pereira de Melo morre em Janeiro de 1887. No início de 1888, os Regeneradores adoptam uma atitude mais agressiva e, no parlamento, há trocas de insultos e bancadas partidas.



No Partido Progressista acentuam-se as divisões internas. No início de 1889, Mariano de Carvalho e Emídio Navarro abandonam o governo, mas os Progressistas obtêm novas vitórias eleitorais.

## PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS

1887 a 1890



1887, Janeiro: morre Fontes Pereira de Melo.



1889, Dezembro: aclamação de D. Carlos.





Casa de José Luciano de Castro, em Lisboa, na Rua dos Navegantes

A cedência à exigência inglesa de retirada das tropas portuguesas do território entre Angola e Moçambique assume proporções de humilhação nacional. O rei e o governo são directamente responsabilizados e este cai, dando lugar aos Regeneradores.

Perante a grave crise financeira de 1891, José Luciano de Castro apoia os governos extra-partidários que se seguirão.

Fica, no entanto, desagradado por ver Mariano de Carvalho, seu ex-ministro e opositor, nesses governos (1891-1892).



O regresso à rotação partidária, em 1893, contenta José Luciano, ainda que o ministério seja Regenerador. Mas o seu optimismo cai por terra um ano mais tarde, quando, com o parlamento fechado e por influência de João Franco, o governo reforma leis fundamentais sem ouvir os Progressistas.



“Com os Republicanos e alguns Regeneradores descontentes, os Progressistas fizeram uma frente oposicionista, União Liberal, que dirigiu uma petição ao rei, apelou ao boicote aos impostos e promoveu comícios de protesto em Lisboa e no Porto” (Manuel M. Cardoso Leal, 2013).

**NA OPOSIÇÃO: “ACIMA DA MONARQUIA, A LIBERDADE”**

**1890 a 1897**



**1890, Janeiro:** governo regenerador de Serpa Pimentel.



**1890, Outubro:** governo extra-partidário de João Crisóstomo.



**1891, Janeiro:** revolta republicana no Porto.



**1891, Maio:** segundo governo de João Crisóstomo



**1892, Janeiro:** governo extra-partidário de José Dias Ferreira.



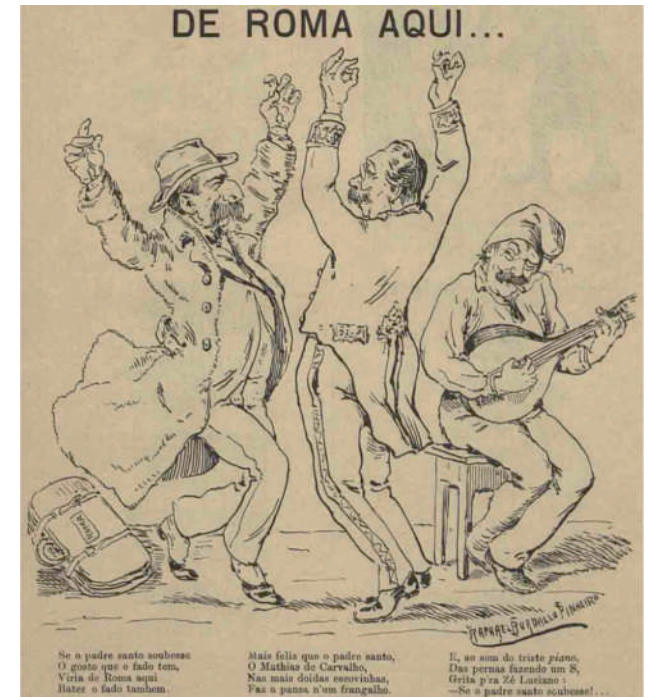
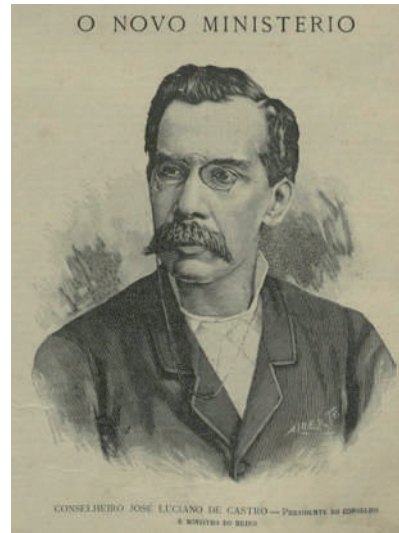
**1893, Fevereiro:** primeiro governo do regenerador Hintze Ribeiro.



**1896, Abril:** novo acto adicional à Carta Constitucional.

“A recusa dos Progressistas em disputar as eleições de 1895 surtiu efeito, porque delas saiu uma câmara de deputados sem oposição (conhecida como «Solar dos barrigas», nome de uma opereta então em voga), que desacreditou o governo, mais ainda pelo decreto anti-anarquista de 13/02/1896 («lei celerada») que permitia prisões sem culpa formada e não se justificava em Portugal. De tal modo que teve de recuar na lei eleitoral, repondo os círculos uninominais. Era sinal de estar a ficar sempé. José Luciano fez as pazes com o rei

no Conselho de Estado de 26/03/1896 e, no início de 1897, em plena crise financeira, foi chamado para formar o governo, ao fim de sete anos de penosa «travessia no deserto»” (Manuel M. Cardoso Leal, 2013).



## REGRESSO AO PODER

1897

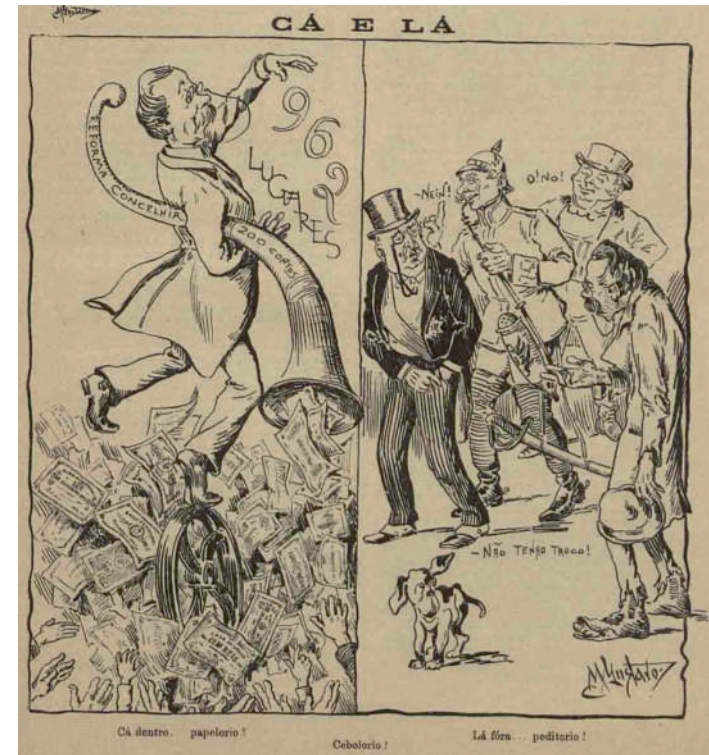


1897, Fevereiro: segundo governo presidido por José Luciano de Castro.



“Como «primeira necessidade» do seu governo, José Luciano definiu: «restaurar o império da lei e voltar a governar dentro da constituição e só com a constituição» (Manuel M. Cardoso Leal, 2013).

Assim, e ao contrário de Hintze, defende uma governação com o parlamento, sem ditadura (mecanismo a que ele próprio recorrera em 1886). Propõe-se também “assegurar a escrupulosa administração dos dinheiros públicos e impedir que as receitas do Estado sejam aplicadas, no todo ou em parte, por modo diverso do que determinam os preceitos legais” (JLC, 1897).

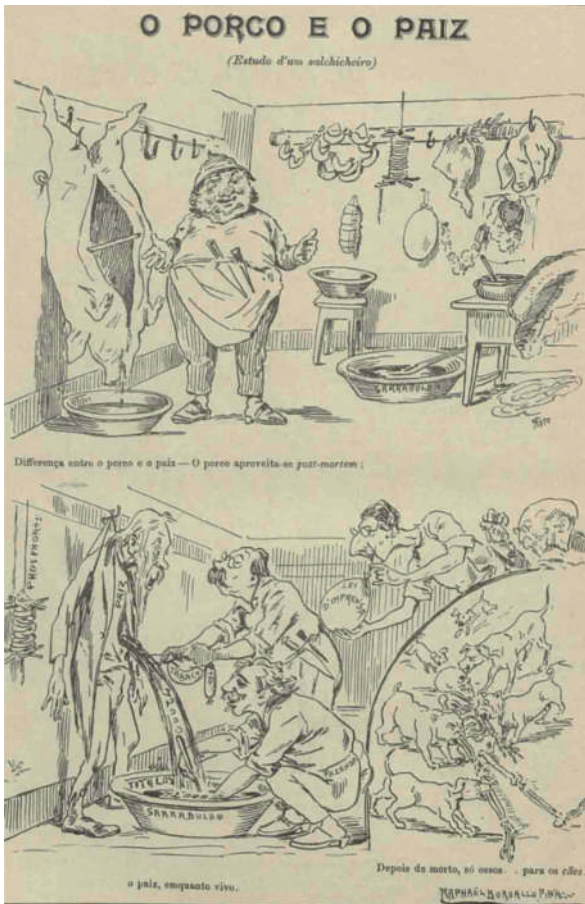


## PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS

1897



1897, Dezembro: Mouzinho de Albuquerque regressa a Lisboa e é recebido em apoteose.



Para José Luciano, a grave situação financeira do país é prioritária e condicionará a acção governativa. Por isso, só no final da legislatura serão realizadas as grandes reformas: eleitoral, administrativa e constitucional.



Face ao desgaste do governo e à pressão interna liderada por José de Alpoim, o chefe progressista acaba por fazer, em Agosto de 1898, uma profunda remodelação do executivo, que era suposto dar uma “vida nova” ao partido. Entretanto, a oposição, onde João Franco se destaca, aguarda que o rei destitua os Progressistas.



## PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS

1898



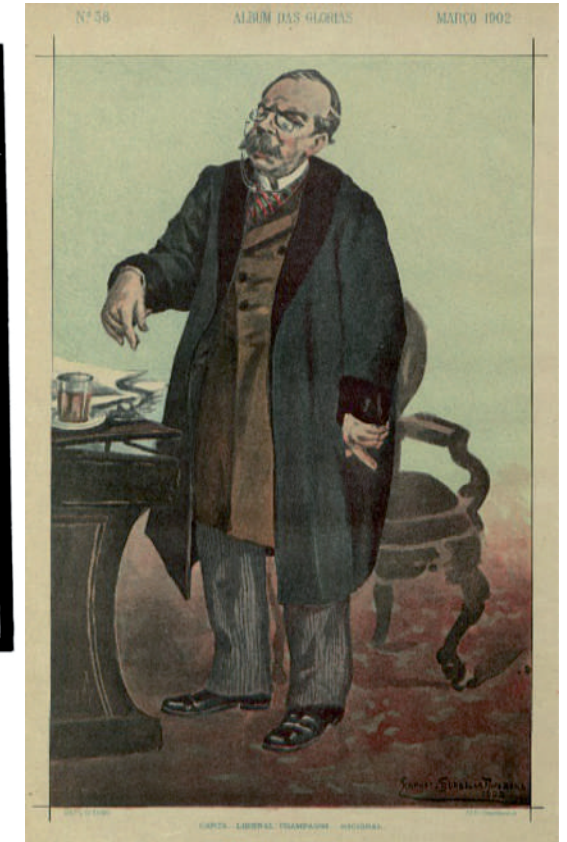
1898, Agosto: remodelação do governo de José Luciano de Castro.



“De Paris regressou José Luciano melhorado dos seus males. No entanto, no início do ano seguinte [1901], algumas das suas intervenções, a propósito dos actos ditatoriais já cometidos pelo governo regenerador, denotavam uma evidente amargura, nunca ou raramente encontrada na sua longa carreira” (Manuel M. Cardoso Leal, 2013).

Perante a cisão entre os regeneradores Hintze Ribeiro e João Franco, José Luciano de Castro opta por Hintze, a quem dá alento: “mantenha-se no poder, que eu cá estou para o sustentar” (A. Cabral, 1930).

Daqui nasce um acordo que conduz à nova lei eleitoral de Agosto de 1901, feita para garantir lugar no parlamento a Regeneradores e Progressistas e para dali arredar Franquistas e Republicanos. E resulta, pois nem o próprio João Franco é eleito nesse ano.



### A “OLIGARQUIA DOS DOIS CHEFES”

1900 a 1902



1901, Maio: cisão entre Hintze Ribeiro e João Franco, que abandona o partido em Maio.



A cirurgia a que se sujeita em 1903 não corre bem e, meses depois, José Luciano sofre um acidente cardiovascular. A debilidade física do dirigente progressista alimenta as ambições dos candidatos à sucessão: José Maria de Alpoim, seu “delfim” rebelde e dado a intrigas, e Francisco Beirão, avesso a acordos com os Regeneradores.

Apesar de alguma oposição violenta, o entendimento com Hintze vai-se mantendo. Não sobrevive, todavia, à falta de transparência do processo de negociação da renovação do contrato de concessão do monopólio dos tabacos. Hintze demite-se e José Luciano de Castro forma governo, herdando a “questão dos tabacos” que, durante dois anos, alimentará as lutas políticas.



A “OLIGARQUIA DOS DOIS CHEFES”

1903 e 1904



**1903, Fevereiro:** Hintze Ribeiro demite-se, mas é reconduzido no cargo.



**1903, Maio:** João Franco funda o Partido Regenerador-Liberal.



**1904, Outubro:** terceiro governo presidido por José Luciano de Castro, que será remodelado em Dezembro de 1905.

A nova negociação do contrato dos tabacos promovida pelo governo de José Luciano de Castro é polémica e dá lugar, na imprensa, a insinuações e a acusações de carácter pessoal.

José Maria de Alpoim, ministro da Justiça e eterno candidato à chefia do partido, suscita a oposição da Comissão da Fazenda ao contrato, esperando que o rei e Hintze Ribeiro deixem cair o presidente do conselho.



Mas Alpoim não só não o consegue, como, em Maio de 1905, acaba por ser expulso do governo, levando consigo uma minoria de dissidentes.

O grande confronto com o chefe progressista dá-se a 25 de Agosto, poucos dias após a morte de Francisco Mattoso, irmão e colega de estudo de José Luciano.



Na Câmara dos Pares, cheia de público, a troca de palavras é de tal modo veemente que inviabiliza qualquer hipótese de reconciliação.

Entretanto, as sessões parlamentares continuam agitadas e aguarda-se a queda do governo.



No início de 1906, Hintze deixa de apoiar José Luciano de Castro, temendo uma aliança deste com João Franco, contra Alpoim.

## ÚLTIMO GOVERNO

1904 a 1906



**1905, Maio:** dissidência no Partido Progressista, encabeçada por José Maria Alpoim.



**1905, Novembro:** comício promovido por Republicanos, Franquistas e Dissidentes.

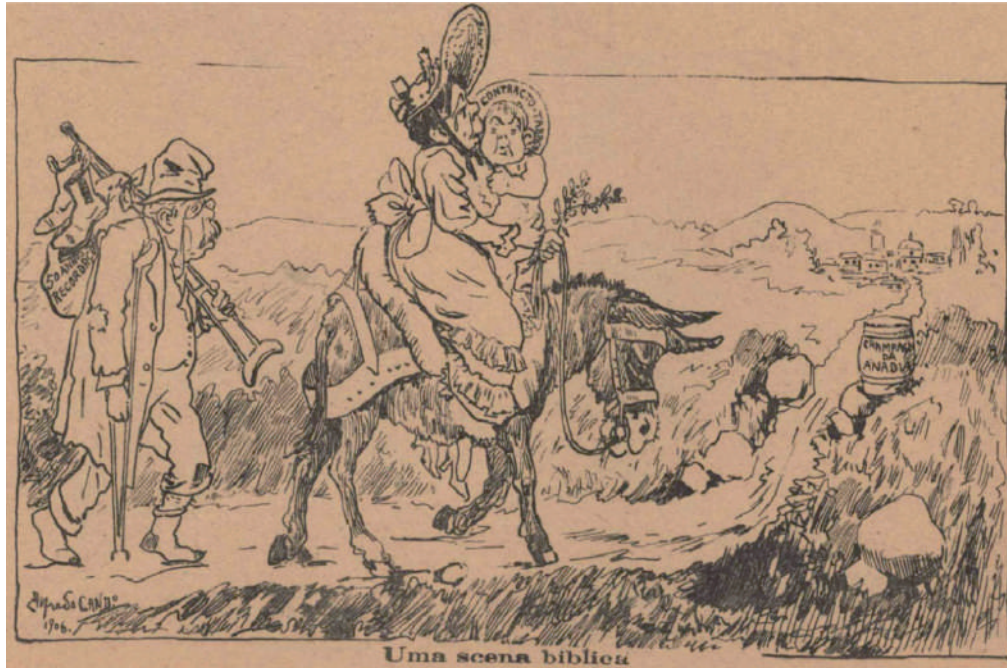


“O ministério que resolver e fizer votar a questão dos tabacos fica esgotado e tem de cair pouco depois”, terá advertido D. Carlos. E, a 15 de Março de 1906, resolve: “dizei ao José Luciano que talvez a mudança de governo acalmasse os ânimos excitados” (Cabral, 1930). Dois dias mais tarde, o presidente do conselho pede

a demissão e D. Carlos nomeia Hintze Ribeiro para chefiar o novo executivo.

Agastados com a situação, José Luciano e João Franco aproximam-se e formam uma “*Coligação Liberal*”, para intimidar Hintze e afastar Alpoim.

Quando Hintze se demite, em Maio, o rei escolhe Franco para o substituir, pois deseja “*seguir por caminho diferente daquele trilhado até hoje*”. José Luciano concorda. Mas, para os Regeneradores, “*o rei tinha morto a monarquia*” (Andrade, 1929).



### A “COLIGAÇÃO LIBERAL”

1906



1906, Março: governo de Hintze Ribeiro.



1906, Abril: aliança entre José Luciano de Castro e João Franco.

Numa fase inicial, Franco toma medidas populares e mantém a sua aura de honestidade. Fala-se em “segunda Regeneração”.

E, “com o seu apoio a Franco, José Luciano não só ajustara contas com Hintze, mas também cortara as unhas a Alpoim” (Rui Ramos, 2006).



“João Franco, entretanto [Novembro], deu um passo que iria ter consequências funestas para o regime, que foi revelar oficialmente a existência de empréstimos não orçamentados do Estado à Casa Real, os famosos «adiantamentos». Não que estes fossem completa novidade, mas ao considerá-los «ilegais», tornou-os

uma questão de Estado. O seu intuito «moralizador» era comprometer os governos anteriores, mas quem ele mais comprometeu foi o próprio rei” (Manuel M. Cardoso Leal, 2013).

José Luciano de Castro demarca-se de imediato.



## A “COLIGAÇÃO LIBERAL”

1906



1906, Maio: governo de João Franco, apoiado pelos Progressistas.

Em Maio de 1907, João Franco remodela o governo, exigindo que os Progressistas o integrem. José Luciano recusa, pois percebe que a intenção de Franco é a fusão dos dois partidos para, assim, assumir a sua chefia.

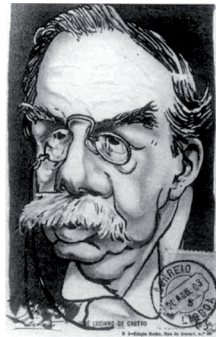


Dissolvida a Câmara dos Deputados, Franco governa sem parlamento, em ditadura, e não há data para novas eleições.



Em entrevista a um jornal espanhol, José Luciano explica: “João Franco obteve da câmara dos deputados e da câmara dos pares quanto quis”. O próprio chefe progressista votara, na Câmara dos Pares, uma lei de imprensa que lhe “repugnava a consciência liberal”. “Se isto tem de ser a monarquia em Portugal, a monarquia não me serve” (JLC, 1907, Julho).

Em Agosto de 1907, Franco comete um erro fatal: decreta a liquidação dos “adiantamentos à Casa Real”, que antes considerara ilegais. No mês seguinte, José Luciano de Castro confessa: “Sinto-me sem forças para lutar contra tanto desvario e insensatez» e «é geral e profunda a indignação mais contra o Rei do que contra Franco”.



Sobre José Luciano, o rei vai dizendo: “está infelizmente velho e inutilizado e só pode hoje complicar os acontecimentos”.

A 8 de Dezembro, os Progressistas reúnem em Assembleia Geral, em casa de José Luciano, na Rua dos Navegantes: “se a república se não fez naquele dia, foi por que o chefe não quis. «Vão os senhores para onde quiserem. Eu já estou velho para mudar», foi a sua frase” (Horta Osório, 1914).

Na véspera de Natal, são marcadas eleições gerais de deputados para 5 de Abril de 1908.



## “ESTA MONARQUIA NÃO ME SERVE”

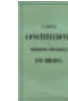
1907



**1907, Maio:** remodelação do governo, que os Progressistas recusam integrar.



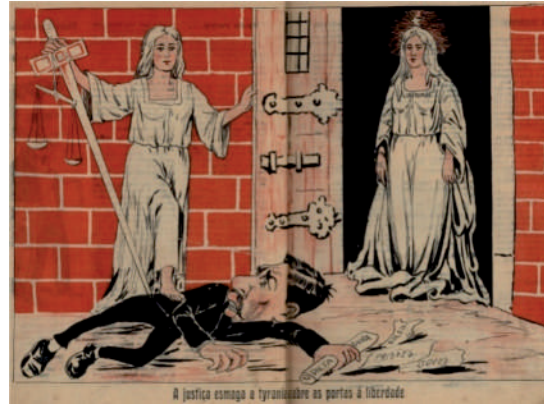
**1907, Agosto:** morre Hintze Ribeiro e o novo chefe regenerador é Júlio de Vilhena.



**1907, Dezembro:** novo acto adicional à Carta Constitucional.



O desfecho por muitos previsto dá-se a 1 de Fevereiro de 1908: D. Carlos e o príncipe herdeiro são assassinados. O jovem D. Manuel sobe ao trono. O governo é imediatamente demitido e, para implementar uma política de “acalmação”, é nomeado um ministério de “concentração monárquica”, liderado pelo independente Ferreira do Amaral.

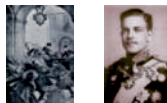


É a vingança e é também o triunfo de José Luciano de Castro, pois terão sido os seus argumentos que levaram à destituição de João Franco. E é sobre este e sobre D. Carlos que recaem as culpas pelos acontecimentos.



### “O REINADO DE D. JOSÉ LUCIANO”

1908



1908, Fevereiro: regicídio e subida ao trono de D. Manuel II.



1908, Fevereiro: governo de “concentração monárquica” chefiado por Ferreira do Amaral.

Mas a “acalmção” revela a fraqueza do regime. A ordem pública degrada-se e o temido movimento republicano começa a ganhar uma nova expressão.



D. Manuel II tem José Luciano de Castro junto de si e escuta-o. Os epítetos “Vulcano da Política” ou “Fábrica de Ministros” devem-se à “influência que, de facto, exerceu a arranjar novos governos, para substituir os que caíam”, mas essa influência “não era bem a do velho conselheiro em quem o jovem rei

confiava, mas a do bombeiro que passava o tempo a apagar fogos porque o dono da casa não cumpria as suas recomendações de segurança” (Manuel M. Cardoso Leal, 2013).

“O REINADO DE D. JOSÉ LUCIANO”

1908



1908, Novembro: os Republicanos vencem as eleições municipais em Lisboa.



1908, Dezembro: governo de Campos Henriques.

“O partido republicano avança a passos rápidos e prepara-se para uma aventura revolucionária”, escreve José Luciano, em Agosto de 1909.

No ano seguinte, o escândalo atinge directamente o conselheiro, quando se descobre um desfalque no Crédito Predial. O crime é confessado por um guarda-livros, o que não impede a demissão do cargo de governador da instituição e o enovelho público de José Luciano de Castro. Mais, ainda, afecta de forma irremediável o seu ascendente sobre o rei.



“O REINADO DE D. JOSÉ LUCIANO”

1906 e 1910



1909, Abril: governo de Sebastião Teles.



1909, Maio: governo de Wenceslau de Lima.



1909, Dezembro: governo de Veiga Beirão.



1910, Maio: início do escândalo do Crédito Predial.



1910, Junho: governo de Teixeira de Sousa.



1910, Agosto: nas eleições, os Republicanos duplicam a representação.

No dia 5 de Outubro, é proclamada a República. “(...) logo depois (...), vieram aqui, arrombaram-me as portas, e invadiram-me a casa mais de duas mil pessoas (...); as minhas filhas foram ao encontro deles aí na galeria e disseram: «Então os senhores querem matar três mulheres e um velho entrevado?». «Não, não se mata ninguém!» E os outros populares condescenderam do lado: «Pois sim, não se mata. Mas queremos vê-lo».



Casa de José Luciano de Castro, em Lisboa, na Rua dos Navegantes.



*E vieram dizer-me: «Querem vê-lo, meu Pai! Vêm-no matar!». «Vamos morrer, Manuel!», disse eu para o criado: «Pois vamos morrer, sr. conselheiro!». Os homens entraram e eu disse-lhes: “Se querem matar-me, matem. Não me defendo nem posso defender-me». «Mas você queria mandar-nos para Timor!» disse um. «Eu?». «Sim, o senhor!». «Eu, não! Isso talvez fosse o sr. João Franco?». «Então seria, seria»” (JLC).*

*“Enfraqueceram as frases insultuosas até esmorecerem de todo. Um cabo da força de marinheiros, que entretanto chegara, exclamou: «Rapazes, o que viemos fazer aqui foi uma vergonha. Neste homem ninguém deve bater». Queriam os papéis do Crédito Predial e «papéis políticos», e levaram umas procurações sem valor. Também levaram um busto em gesso do velho estadista, que apareceu exposto na redacção d’O Mundo e dali passou para o museu da revolução”* (Manuel M. Cardoso Leal, 2013).



Casa de José Luciano de Castro, em Lisboa, na Rua dos Navegantes.

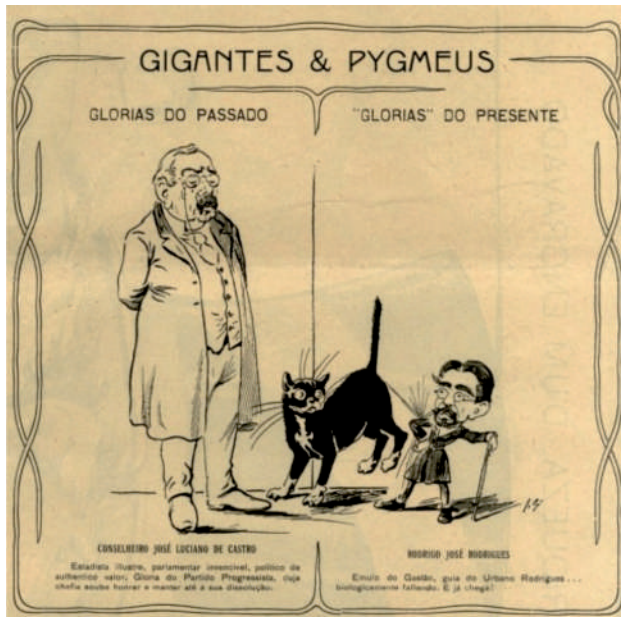
*“Chegou o Sr. António José de Almeida, mas nem entrou porque já estava passado o perigo. E verdade, verdade, mal não me fizeram. Antes de entrarem deram para aí uns tiros para as janelas, da parte de fora, arrombaram umas portas, mas mal não fizeram a ninguém”* (JLC).

## NO DIA 5 DE OUTUBRO

1910



**1910, Outubro:** implantação da República.



Na edição de 11 de Outubro de 1910 do jornal “Correio da Noite”, por si fundado, José Luciano de Castro publica a seguinte declaração: “Aos meus amigos e correligionários. A falta de saúde, e a situação criada pelos últimos acontecimentos, obrigam-me a retirar à vida particular, deixando aos meus amigos e correligionários, inteira



*liberdade para procederem, como julgarem mais conveniente aos interesses públicos, e agradecendo a todos a inalterável dedicação e lealdade com que sempre me acompanharam e que nunca esquecerei”.*



Casa de José Luciano de Castro, em Anadia.

O conselheiro permanece em Lisboa durante o processo do Crédito Predial, de que é ilibado a 9 de Maio de 1911. Só nessa altura se muda definitivamente para a casa de Anadia.

## ÚLTIMOS ANOS

### 1910 e 1911



**1911, Agosto:** Manuel de Arriaga é eleito Presidente da República.



**1911, Outubro:** início das incursões de Paiva Couceiro.



“Alguns amigos continuaram a visitá-lo. António Cabral encontrava-o «sentado na sua cadeira, conversando com a mesma vivacidade e o mesmo bom humor dos antigos tempos». No dia do seu aniversário, em Dezembro de 1912 e de 1913, foi homenageado com festejos públicos. Em Janeiro de 1914 ainda foi publicado o seu último comentário à legislação na revista *O Direito*” (Manuel M. Cardoso Leal, 2013).



Casa de José Luciano de Castro, em Anadia.



Em Fevereiro de 1914, o estado de saúde de José Luciano de Castro agrava-se subitamente. Morre a 9 de Março, junto da família. Contrariando a simplicidade desejada pelo conselheiro, o seu funeral reveste-se “de uma grande pompa” e constitui “uma enorme manifestação de saudade por parte dos seus amigos pessoas e politicos (...). Anadia viu chegar pessoas de todos os pontos do país” (A *Ilustração Portuguesa*, 1914).



“Como amigo dos seus vizinhos, pugnando sempre pelos melhoramentos locais, sem olhar a preocupações partidárias, desempenhou um papel simpático e altruísta. Anadia o sabe; Anadia não o deverá nunca esquecer” (Albano Coutinho, 1914).

## ÚLTIMOS ANOS

1912 a 1914



**1913, Janeiro:**  
tomada de posse do governo de Afonso Costa.



**1913, Setembro:**  
casamento de D. Manuel II.



**1914, Fevereiro:**  
tomada de posse do governo de Bernardino Machado.



**1914, Março:**  
morre José Luciano de Castro.



**1914, Julho:**  
início da I Guerra Mundial.

# CRÉDITOS

Siglas e abreviaturas de entidades:

- BNP – Biblioteca Nacional de Portugal
- HMLx-HDigit - Hemeroteca Municipal de Lisboa – Hemeroteca Digital

## BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Anselmo de Andrade – *Alguns homens ilustres de Portugal*. Lisboa: Ferin, 1929.

CABRAL, António – *Na linha de fogo*. Lisboa: Livraria Popular Francisco Franco, 1930.

*Correio da Noite*, de 1910.10.11.

*Diário do Senado*, sessão n.º 52, de 1914.03.10, p. 3 (intervenção de Albano Coutinho).

*Ilustração Portuguesa*, A, n.º 422, de 1914.03.23, p. 379.

LEAL, Manuel M. Cardoso Leal – *José Luciano de Castro. Um Homem de Estado (1834-1914)*. Lisboa: Edições Colibri, 2013.

MOREIRA, Fernando – *José Luciano de Castro. Itinerário, pensamento e acção política* (dissertação de mestrado). Universidade Nova de Lisboa, 1992.

Idem - “Um monárquico perante a República”, in *Aqua Nat. iva Anadia*: Associação Cultural de Anadia, n.º 18, Agosto 2000, p. 15-24.

OSÓRIO, António Horta – [testemunho sobre José Luciano de Castro], in *O Direito*, n.º de homenagem. Lisboa: Maio, 1914, p. 15-18.

RAMOS, Rui – *D. Carlos*. [Mem Martins]: Círculo de Leitores, 2006.

ROSMANINHO, Nuno, SANTOS, Ana Paula Figueira, ROSMANINHO, Rui – *Anadia. Relance histórico, artístico e etnográfico*. Paredes: Reviver Editora, 2001.

## IMAGENS

### Capa

- *A Ilustração Portuguesa*, n.º 23 (1904.04.11) – HMLx-HDigit

### Capa (v.)

- *Brasil - Portugal*, n.º 189 (1906.12.), p. 14 – HMLx-HDigit

### Pág. 2

- *O Mundo Elegante*, n.º 9 (1907.06), p. 168 – HMLx-HDigit

- www.geneall.net

- *Aqua Nativa*, n.º 8 (1995.06), capa

### Pág. 3

- www.prof2000.pt

### Pág. 4

- apphographia.blogspot.pt (J. Laurent, 1869. Col. António Barreto)

- *O Observador*, n.º 453 (1851.11.11), p. 1 – BNP (purl.pt/23469)

- *O Campeão do Vouga*, n.º 4 (1852.02.17) – www.prof2000.pt

### Pág. 5

- ROSMANINHO, Nuno, et al. – *Anadia. Relance histórico...* (2001), p. 18

- Santa Casa da Misericórdia de Anadia

- apphographia.blogspot.pt (J. Laurent, 1869. Col. Manuel Magalhães)

- *O Jornal do Porto*, n.º 63 (1859.05.24), p. 1 – BNP (purl.pt/14338)

- blogue-documenta.blogspot.pt

- commons.wikimedia.org

- BNP (purl.pt/93)

### Pág. 6

- Santa Casa da Misericórdia de Anadia – Museu José Luciano de Castro

### Pág. 7

- *O Direito*, n.º 1 (1868.12.03), p. 1

- Santa Casa da Misericórdia de Anadia – Museu José Luciano de Castro

### Pág. 8

- Santa Casa da Misericórdia de Anadia – Museu José Luciano de Castro

- *O António Maria*, n.º 31 (1880.01.01), p. 6 – HMLx-HDigit

### Pág. 9

- clubedecoleccionadoresdegaia.blogspot.pt

- *O António Maria*, n.º 31 (1880.01.01), p. 6 – HMLx-HDigit

- MOREIRA, Fernando – *José Luciano de Castro... s/n* (1992)

- *O Occidente*, n.º 36 (1879.06.19), p. 93 – HMLx-HDigit

### Pág. 10

- *O António Maria*, n.º 94 (1881.03.17), p. 87 – HMLx-HDigit

- *O António Maria*, n.º 75 (1880.11.04), p. 360 – HMLx-HDigit

- MOREIRA, Fernando – *José Luciano de Castro... s/n* (1992)

- *O António Maria*, n.º 121 (1881.09.22), p. 360 – HMLx-HDigit

### Pág. 11

- *O António Maria*, n.º 243 (1884.01.24), p. 32 – HMLx-HDigit

- *Pontos nos ii*, n.º 14 (1885.08.06), p. 108-109 – HMLx-HDigit

### Pág. 12

- *Pontos nos ii*, n.º 29 (1885.11.19), p. 225 – HMLx-HDigit

- *Pontos nos ii*, n.º 32 (1885.12.10), p. 255 – HMLx-HDigit

- *Pontos nos ii*, n.º 40 (1886.02.04), p. 318 – HMLx-HDigit

### Pág. 13

- *Pontos nos ii*, n.º 42 (1886.02.20), p. 336 – HMLx-HDigit

- *O Occidente*, n.º 259 (1886.03.01), p. 52 – HMLx-HDigit

- *Pontos nos ii*, n.º 44 (1886.03.04), p. 348-349 – HMLx-HDigit

- *Pontos nos ii*, n.º 46 (1887.07.14), p. 218 – HMLx-HDigit

### Pág. 14

- *Pontos nos ii*, n.º 196 (1889.02.14), p. 53 – HMLx-HDigit

- *Pontos nos ii*, n.º 147 (1888.03.01), p. 481 – HMLx-HDigit

- *Pontos nos ii*, n.º 175 (1888.09.20), p. 481 – HMLx-HDigit

### Pág. 15

- *Pontos nos ii*, n.º 237-supl. (1890.01.09) – HMLx-HDigit

- *Brasil-Portugal*, n.º 9 (1899.06.01), p. 5 – HMLx-HDigit

- *O António Maria*, n.º 303 (1891.05.08), p. 79 – HMLx-HDigit

- *O António Maria*, n.º 414 (1894.12.28), p. 175 – HMLx-HDigit

### Pág. 16

- *O António Maria*, n.º 445 (1897.02.26), p. [3] – HMLx-HDigit

- *O António Maria*, n.º 434 (1896.03.14), p. 158 – HMLx-HDigit

- *O Occidente*, n.º 653 (1897.02.20), p. 33 – HMLx-HDigit

- *O António Maria*, n.º 445 (1897.02.26), p. [5] – HMLx-HDigit

### Pág. 17

- *O António Maria*, n.º 460 (1898.01.13), p. [01] – HMLx-HDigit

- *O António Maria*, n.º 469 (1898.04.14), p. [06] – HMLx-HDigit

- *O António Maria*, n.º 461 (1898.01.20), p. [01] – HMLx-HDigit

### Pág. 18

- *O António Maria*, n.º 467 (1898.03.04), p. [04] – HMLx-HDigit

- *O António Maria*, n.º 472 (1898.06.22), p. [08] – HMLx-HDigit

- *A Corja*, n.º 13 (1898.09.23), p. 1 – HMLx-HDigit

### Pág. 19

- *O António Maria*, n.º 473 (1898.07.07), p. [03] – HMLx-HDigit

- *A Paródia*, n.º 21 (1900.06.06), p. 168 – HMLx-HDigit

- *Brasil - Portugal*, n.º 9 (1899.06.01), p. 04 – HMLx-HDigit

### Pág. 20

- *A Comédia Portuguesa*, n.º 42 (1902.11.03), p. 4-5 – HMLx-HDigit

- *Album das glórias*, n.º 38 (1902.03) – BNP (purl. 14828)

### Pág. 21

- *A Paródia*, n.º 26 (1903.07.09), p. 8 – HMLx-HDigit

- *A Paródia*, n.º 80 (1903.07.21), p. 1 – HMLx-HDigit

### Pág. 22

- *O Mundo Elegante*, n.º 9 (1907.06), p. 168 – HMLx-HDigit

- *A Paródia*, n.º 94 (1904.10.27), p. 4-5 – HMLx-HDigit

- *A Paródia*, n.º 137 (1905.09.15), p. 4-5 – HMLx-HDigit

- *A Paródia*, n.º 137 (1905.09.15), p. 1 – HMLx-HDigit

### Pág. 23

- *O Vira*, n.º 4 (1906.03.22), p. 2 – Col. Particular

- *Brasil - Portugal*, n.º 182 (1906.08.16) – HMLx-HDigit

### Pág. 24

- *A Paródia*, n.º 167 (1906.11.03), p. 8 – HMLx-HDigit

- *A Paródia*, n.º 168 (1906.11.10), p. 8 – HMLx-HDigit

- *A Paródia*, n.º 170 (1906.11.24), p. 1 – HMLx-HDigit

### Pág. 25

- *A Ilustração Portuguesa*, n.º 95 (1907.12.16), p. 870 – HMLx-HDigit

- *A Ilustração Portuguesa*, n.º 421 (1914.03.16), p. 321 – HMLx-HDigit

- livre-e-humano.blogspot.pt (caricatura de Celso Hermínio)

- *A Ilustração Portuguesa*, n.º 95 (1907.12.16), p. 871 – HMLx-HDigit

### Pág. 26

- *O Xuão*, n.º 22 (1908.07.21), p. 4-5 – HMLx-HDigit

- *O Xuão*, n.º único (1908.02), p. 4-5 – HMLx-HDigit

- *O Xuão*, n.º 58 (1909.04.06), p. 4-5 – HMLx-HDigit

### Pág. 27

- *O Xuão*, n.º 83 (1909.09.28), p. 8 – HMLx-HDigit

- *O Xuão*, n.º 58 (1909.04.06), p. 1 – HMLx-HDigit

- *O Xuão*, n.º 63 (1909.05.11), p. 1 – HMLx-HDigit

### Pág. 28

- *O Xuão*, n.º 84 (1909.10.05), p. 1 – HMLx-HDigit

- *O Xuão*, n.º 120 (1910.06.16), p. 4-5 – HMLx-HDigit

- *O Xuão*, n.º 116 (1910.05.19), p. 1 – HMLx-HDigit

- *Varões Assinalados*, n.º 8 (1909.03.22) – Col. Particular

**Pág. 29**

- [www.jf-lapa.pt](http://www.jf-lapa.pt)
- *A Ilustração Portuguesa*, n.º 255 (1910.12.20), p. 54 – HMLx-HDigit
- [arquivomtd.wordpress.com](http://arquivomtd.wordpress.com)

**Pág. 30**

- *O Thalassa*, n.º 44 (1914.01.23), p. 3 – HMLx-HDigit
- *O Thalassa*, n.º 20 (1913.07.18), p. 1 – HMLx-HDigit
- *A Ilustração Portuguesa*, n.º 421 (1914.03.16), p. 351 – HMLx-HDigit

**Pág. 31**

- *A Ilustração Portuguesa*, n.º 421 (1914.03.16), p. 351 – HMLx-HDigit
- *A Ilustração Portuguesa*, n.º 410 (1913.12.14), p. 763 – HMLx-HDigit
- *A Ilustração Portuguesa*, n.º 422 (1914.03.23), p. 379 – HMLx-HDigit

**Contracapa (v.)**

- *Aqua Nativa*, n.º 12 (1997.06), p. 56

**Imagens da barra cronológica**

**Pág. 3**

- [www.regiaodeleiria.pt](http://www.regiaodeleiria.pt)
- [faceovento.com](http://faceovento.com)
- BNP ([purl.pt/5206](http://purl.pt/5206))
- [www.cm-estremoz.pt](http://www.cm-estremoz.pt)
- [omundodahortense.blogspot.pt](http://omundodahortense.blogspot.pt)
- [pt.wikipedia.org](http://pt.wikipedia.org) (Maria da Fonte)

**Pág. 4**

- [pt.wikipedia.org](http://pt.wikipedia.org) (Duque de Saldanha)
- BNP ([purl.pt/12031](http://purl.pt/12031))

**Pág. 5**

- [pt.wikipedia.org](http://pt.wikipedia.org) (Inauguração do caminho-de-ferro.)
- [pt.wikipedia.org](http://pt.wikipedia.org) (Duque de Loulé)
- [pt.wikipedia.org](http://pt.wikipedia.org) (Duque da Terceira 1850)
- [pt.wikipedia.org](http://pt.wikipedia.org) (Joaquim António de Aguiar)

**Pág. 6**

- [upload.wikimedia.org](http://upload.wikimedia.org) (D. Luís I)
- [upload.wikimedia.org](http://upload.wikimedia.org) (Sá da Bandeira)
- [www.geneall.net](http://www.geneall.net)

**Pág. 7**

- [upload.wikimedia.org](http://upload.wikimedia.org) (Ávila)
- [upload.wikimedia.org](http://upload.wikimedia.org) (Sá da Bandeira)
- [www.geneall.net](http://www.geneall.net)
- [pt.wikipedia.org](http://pt.wikipedia.org) (Duque de Saldanha)

**Pág. 8**

- [noseahistoria.wordpress.com](http://noseahistoria.wordpress.com)

**Pág. 9**

- BNP ([purl.pt/93](http://purl.pt/93))
- BNP ([purl.pt/93](http://purl.pt/93))
- [www.guardian.co.uk](http://www.guardian.co.uk)
- [upload.wikimedia.org](http://upload.wikimedia.org) (Anselmo José Braamcamp)

**Pág. 10**

- [upload.wikimedia.org](http://upload.wikimedia.org) (Rodrigues Sampaio)

**Pág. 11**

- BNP ([purl.pt/6557](http://purl.pt/6557))
- [noseahistoria.wordpress.com](http://noseahistoria.wordpress.com)

**Pág. 12**

- *Pontos nos ii*, n.º 29 (1885.11.19), p. 225 – HMLx-HDigit

**Pág. 13**

- *O Occidente*, n.º 259 (1886.03.01), p. 52 – HMLx-HDigit

**Pág. 14**

- *Pontos nos ii*, n.º 90 (1887.01.27), p. 25 – HMLx-HDigit
- [2.bp.blogspot.com](http://2.bp.blogspot.com)

**Pág. 15**

- [maltez.info](http://maltez.info)
- [upload.wikimedia.org](http://upload.wikimedia.org) (João Crisóstomo de Sousa)
- [1.bp.blogspot.com](http://1.bp.blogspot.com)
- [www.arqnet.pt](http://www.arqnet.pt)
- [upload.wikimedia.org](http://upload.wikimedia.org) (Hintze Ribeiro)
- [frenesilivros.blogspot.pt](http://frenesilivros.blogspot.pt)

**Pág. 16**

- *O Occidente*, n.º 259 (1886.03.01), p. 52 – HMLx-HDigit

**Pág. 17**

- [img0.rtp.pt](http://img0.rtp.pt)

**Pág. 18**

- *O Occidente*, n.º 259 (1886.03.01), p. 52 – HMLx-HDigit

**Pág. 19**

- [maltez.info](http://maltez.info)
- [upload.wikimedia.org](http://upload.wikimedia.org) (Hintze Ribeiro)

**Pág. 20**

- [maltez.info](http://maltez.info)
- [upload.wikimedia.org](http://upload.wikimedia.org) (Hintze Ribeiro)

**Pág. 21**

- [upload.wikimedia.org](http://upload.wikimedia.org) (Hintze Ribeiro)
- [affundao.nice-theme.com](http://affundao.nice-theme.com)
- *O Occidente*, n.º 259 (1886.03.01), p. 52 – HMLx-HDigit

**Pág. 22**

- [pt.wikipedia.org](http://pt.wikipedia.org) (José Maria Alpoim)
- *A Ilustração Portuguesa*, n.º 108 (1905.11.27), p. 884 – HMLx-HDigit

**Pág. 23**

- [upload.wikimedia.org](http://upload.wikimedia.org) (Hintze Ribeiro)
- *O Occidente*, n.º 259 (1886.03.01), p. 52 – HMLx-HDigit
- [affundao.nice-theme.com](http://affundao.nice-theme.com)

**Pág. 24**

- [affundao.nice-theme.com](http://affundao.nice-theme.com)

**Pág. 25**

- [affundao.nice-theme.com](http://affundao.nice-theme.com)
- [upload.wikimedia.org](http://upload.wikimedia.org) (Hintze Ribeiro)
- [2.bp.blogspot.com](http://2.bp.blogspot.com)

**Pág. 26**

- [3.bp.blogspot.com](http://3.bp.blogspot.com)
- [realfamiliaportuguesa.blogspot.pt](http://realfamiliaportuguesa.blogspot.pt)
- [upload.wikimedia.org](http://upload.wikimedia.org) (Francisco Joaquim Ferreira do Amaral)

**Pág. 27**

- [3.bp.blogspot.com](http://3.bp.blogspot.com)
- [ocalcanhardaquiles.blogspot.pt](http://ocalcanhardaquiles.blogspot.pt)
- [pt.wikipedia.org](http://pt.wikipedia.org) (Campos Henriques)

**Pág. 28**

- [upload.wikimedia.org](http://upload.wikimedia.org) (Sousa Telles)
- [lneg.pt](http://lneg.pt)
- [1.bp.blogspot.com](http://1.bp.blogspot.com)
- [lh6.ggpht.com](http://lh6.ggpht.com)
- *A Ilustração Portuguesa*, n.º 237 (1910.09.05), p. 317 – HMLx-HDigit

**Pág. 29**

- [www.museu.presidencia.pt](http://www.museu.presidencia.pt)

**Pág. 30**

- [www.museu.presidencia.pt](http://www.museu.presidencia.pt)
- [upload.wikimedia.org/](http://upload.wikimedia.org/) (Avô Henrique)

**Pág. 31**

- [upload.wikimedia.org](http://upload.wikimedia.org) (Afonso Costa)
- [realfamiliaportuguesa.blogspot.pt](http://realfamiliaportuguesa.blogspot.pt)
- [digitalblue.blogs.sapo.pt](http://digitalblue.blogs.sapo.pt)
- *O Occidente*, n.º 259 (1886.03.01), p. 52 – HMLx-HDigit
- [upload.wikimedia.org](http://upload.wikimedia.org) (Australian infantry smallbox respirators Ypres 1917)





*Homenagem a José Luciano de Castro, no centenário da sua morte*  
© Município de Anadia, 2014